

O “DESAFIO ESTILÍSTICO”: UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE (IN)TRADUZIBILIDADE E TRADUÇÃO LITERÁRIA A PARTIR DA LINGUÍSTICA/POÉTICA DE ROMAN JAKOBSON

Giorgio Sinedino¹

Resumo: Este artigo esboça uma teoria da (in)traduzibilidade a partir de textos fundamentais de Roman Jakobson, explicando como a sua doutrina do signo oferece ferramentas analíticas para o campo da tradução literária. Primeiro, debate-se como a crítica de Jakobson à doutrina saussureana de signo expande tal conceito, produzindo uma tensão entre a semiótica, preliminarmente caracterizada pela “traduzibilidade absoluta” e a poética, marcada pela “intraduzibilidade absoluta”, situação que denominamos “desafio estilístico” da tradução (literária). Depois, relata-se como a doutrina do signo de Saussure não consegue equacionar o “desafio estilístico”: as noções de “arbitrariedade” e “linearidade” tendem a limitar o escopo de análise das questões sintáticas e estilísticas, o que é confirmado pelos princípios da estilística de Charles Bally, de matriz saussureana. Por fim, discute-se como a lição de Jakobson sobre (in)traduzibilidade abrange essas questões. A independência entre combinação/sintagma e substituição/paradigma propicia a análise de efeitos e valores “expressivos”, oferecendo ferramentas de análise para que se busquem equivalências, analogias, etc., formas de “trasladar” enunciados literários. Embora a relação dinâmica entre Linguística/Poética jakobsonianas consiga equacionar o “desafio estilístico”, certas questões relevantes a (in)traduzibilidade permanecem além de seu alcance, p.ex., quais os critérios para preferências estéticas e definição de modelos literários.

Palavras-chave: Jakobson, Teoria da tradução, Semiologia, Sintagma/paradigma, Estilística

THE 'STYLISTIC CHALLENGE': A CRITICAL REFLECTION ABOUT (UN)TRANSLATABILITY AND LITERARY TRANSLATION BASED ON ROMAN JAKOBSON'S LINGUISTICS/POETICS

Abstract: Based on a set of Roman Jakobson's fundamental texts, this paper sketches a theory of (un)translatability, explaining how his doctrine of the sign provides analytical tools for the field of literary translation. First, it argues how Jakobson's critique of Saussure's doctrine of the sign broadens its range, creating a tension between the fields of semiotics (“absolutely translatable”) and poetics (“absolutely untranslatable”). This situation is labeled the “stylistic challenge” of (literary) translation. Second, it explains why Saussure's doctrine of the sign is not able to cope with the “stylistic challenge”: the notions of “arbitrariness” and “linearity” of the sign limit the scope of analysis of syntactic and stylistic issues, which is confirmed by the principles of Charles Bally's stylistics, of Saussurean mold. Finally, this paper claims that Jakobson's teachings on (un)translatability are able to deal with such issues. Given that the axes combination/syntagm and substitution/paradigm are independent, it becomes possible to analyze “expressive” effects and values, providing tools to identify equivalences, analogies, etc., means to “transpose” literary statements. Although the dynamic relation between Linguistics/Poetics creates ways to cope with the “stylistic challenge”, certain questions relevant to (un)translatability remain beyond its range, such as what are the criteria to explain aesthetic preferences and to define literary models.

¹ Universidade de Macau, Professor Assistente.

Keywords: Jakobson, Translation theory, Semiology, Syntagm/paradigm, Stylistics

1. Introdução

O presente artigo busca descrever os fundamentos linguísticos de uma teoria da tradução baseada no pensamento de Roman Jakobson (1896-1982). Um dos grandes intelectuais do séc. XX, Jakobson dispensa apresentações, tendo exercido influência sobre uma série de escolas e tendências intelectuais, tais como formalismo (STEINER, 1984, *passim*), funcionalismo (LEPSCHY, 1982, p. 92-102), semiótica (HAWKES, 2003, esp. P. 59-69), com o próprio declarando-se, mais para o final de sua vida, um estruturalista (JAKOBSON, 1984, p. 1).

Nosso argumento essencial é o de que não apenas há uma noção de traduzibilidade intrínseca à doutrina do signo de Jakobson; mais importante, também se oferecem as ferramentas para analisar a traduzibilidade nos níveis lexical, sintático e estilístico. Em outras palavras, a linguística/poética de Jakobson propicia recursos para teorizarmos a tradução literária.

Como premissa metodológica, assumimos que Jakobson trabalhava com categorias e conceitos saussurianos ou relacionáveis à doutrina de Saussure (1857-1913). É bem verdade que, numa série de aspectos, Jakobson discordou e tentou corrigir o mestre suíço, mas, como discutiremos pontualmente, não parece ter ido realmente além das polaridades fundamentais descritas por Saussure. Nesse contexto, concentramo-nos num conjunto de textos da década de 1960 ou posteriores, por representarem a fase final do pensamento de Jakobson.

As três partes em que se divide este artigo relacionam a linguística/poética estruturais a níveis da traduzibilidade. Primeiro, discutimos a traduzibilidade com base no signo linguístico em abstrato, comumente associada ao léxico. Segundo, explicamos como a doutrina do signo refinada por Jakobson amplia o escopo da traduzibilidade, permitindo a incorporação da sintaxe e a estilística. Fica equacionado, assim, o que chamamos de “desafio estilístico” da tradução. Terceiro, analisamos as ferramentas oferecidas pela poética jakobsoniana a partir dos eixos sintagma/paradigma, com que se pode resolver questões práticas de traduzibilidade literária. Ressalvamos, no entanto, que tais eixos têm limitações no que se refere a problemas de valorização/hierarquização, seja para definir um cânone de bom gosto literário, seja para mediar incompatibilidades de convenções literárias não-canônicas. Essas questões tanto importam à linguística aplicada à literatura, como à tradução literária.

2. Premissas linguístico-semióticas da traduzibilidade em abstrato

Nesta primeira parte do argumento, dividida em duas seções, analisamos o problema da traduzibilidade em seu nível máximo de abstração, centrando-nos no conceito de signo linguístico. Na seção inicial, analisamos uma tensão intrínseca à visão jakobsoniana. Por princípio, quaisquer idiomas são mutuamente equivalentes (traduzíveis) em termos de suas capacidades. Contudo, cada qual não deixa de ter peculiaridades expressivas, especialmente no campo da poética, que são “intraduzíveis”. Essa tensão é o que, neste artigo, denominamos de “desafio estilístico” da tradução (literária). A segunda seção tenta compreender como a crítica jakobsoniana dos dois elementos basilares do conceito saussureano de signo (“arbitrariedade” e “linearidade”) deu-lhe mais abrangência, permitindo uma análise mais ampla da (in)traduzibilidade dos fenômenos sintáticos. Isso não só propicia um estudo mais acurado do tema, mas também lança os alicerces para que a linguagem literária entre no escopo da teoria do signo.

2.1 O problema geral da (in)traduzibilidade

O principal texto de Jakobson sobre o tema da tradução, ostensivamente, é “Aspectos linguísticos da tradução”, publicado em 1959. Na verdade, esse texto situa o fenômeno tradutório no processo de cognição comunicativa em geral, ao mesmo tempo que postula a “equivalência em meio às diferenças” como problemática fundamental, não da tradução em particular, mas da(s) linguagem(ns) em geral. Embora se afirme que as línguas mantêm uma relação mútua de traduzibilidade, essa posição é matizada mais para o final do artigo, quando Jakobson trata da poética (aqui veríamos o problema da “tradução literária”) como uma importante limitação a ela. Passemos aos detalhes.

Jakobson inicia sua argumentação assumindo um sentido mais amplo, intersemiótico, para o que traduzir significa na prática. Ele defende que traduzir, em essência, implica transladar (“interpretar”) um signo linguístico, verbal ou não, para outro. Esta é uma distinção herdada de C. S. Peirce, o qual convenceu Jakobson de que o sentido linguístico é tangível e objetivo, como reconhecido em “A visão de Boas sobre sentido gramatical” (JAKOBSON,

1971, p. 493). Malgrado Jakobson deixar a ressalva de que “tradução em sentido próprio é a que se dá entre línguas diferentes”, sua argumentação sugere que não há diferença substancial entre traduzir signos numa mesma língua, entre dois ou mais idiomas ou, mesmo, envolver um código não-verbal nesse processo (JAKOBSON, 1988 (1959), p. 483).

É importante acentuar que “Aspectos linguísticos da tradução” não parte de um problema concreto de tradução ou, tampouco, da relação entre enunciados ou textos em duas línguas dadas. Ao contrário, Jakobson pensa abstratamente, reagindo contra o empiricismo lógico então ainda em voga. Ao se perguntar, no início do texto, sobre uma posição de Bertrand Russell, segundo que entender o significado de uma palavra exige uma certa familiaridade com a coisa a que denomina, Jakobson retorque com a precedência de um código linguístico a qualquer atividade cognitiva em concreto. Cabe ao código, portanto, estabelecer as condições não apenas para que se defina a coisa exposta aos sentidos de um sujeito (no exemplo, tipos de queijo), mas até para que se possa construir linguisticamente o significado de algo que não se pode conhecer empiricamente (cita-se ambrosia/néctar, a bebida dos imortais olímpicos) (JAKOBSON, 1988 (1959), p. 481-482).

Note-se que essa postura, por mais coerente que seja, leva à seguinte dificuldade, para a qual, em nossa opinião, o texto em causa ainda não possibilita uma saída satisfatória:

Por um lado, os idiomas, enquanto sistemas semióticos, são basicamente idênticos no que se refere às suas capacidades. Cognitivamente, “toda experiência e sua classificação podem ser comunicadas em qualquer língua existente”. Isso ocorre também porque “da capacidade de falar uma língua determinada deduz-se a capacidade de falar sobre tal língua” (metalinguagem). Presume-se, então, que toda incompatibilidade gramatical entre dois idiomas possa ser ultrapassada por recursos internos de qualquer um deles (JAKOBSON, 1988 (1959), p. 485-487).

Por outro lado, a despeito da equivalência normal entre dois idiomas, cada língua possui um potencial expressivo próprio, inacessível às outras. Há uma série de domínios (nas palavras de Jakobson, “mitologia verbal” e “poesia”, i.e., literatura) em que “as categorias gramaticais possuem uma pesada carga semântica”, de modo que a tese de que qualquer língua pode comunicar o mesmo que outra fica sujeita a condições e limitações. Jakobson chama a atenção para, basicamente, duas questões, a das incompatibilidades entre o gênero das “mesmas” palavras em línguas diferentes e ainda das peculiaridades léxico-fonéticas dos idiomas. Ele refina o conceito de “tradução (reprodutiva?)” para o de “transposição criativa”, como concessão ao fato de que não é impossível estabelecer uma conexão imediata entre textos

poéticos de dois idiomas (JAKOBSON, 1988 (1959), p. 488-490). Os meios para criar uma tal conexão equacionam o que este artigo denomina de “desafio estilístico”.

Percebemos que, ao considerar questões de poética na parte final de seu artigo, Jakobson teve que deixar o plano abstrato e conceitualizado em que tratara da equivalência fundamental dos idiomas. Na última parte de “Aspectos linguísticos da tradução”, ele não só teve que recorrer a idiomas particulares para encontrar exemplos, mas ainda foi forçado a admitir elementos emotivos e estéticos em sua análise da significação dos poemas, mesmo que disfarçados como questões objetivas de morfologia e fonética. Por conseguinte, parece haver uma certa tensão entre os aspectos linguístico-semiótico e poético-literário da teoria.

2.2 Crítica da doutrina saussuriana do signo e suas implicações para a traduzibilidade

Há indícios de que tal tensão está relacionada ao entendimento jakobsoniano do signo, sendo necessário considerarmos meios para analisar a estrutura sintático-estilística de um idioma a partir da concepção abstrata de signo. Com isso, torna-se possível ampliar o âmbito de análise da traduzibilidade, identificando relações entre as estruturas sintático-estilísticas dos idiomas envolvidos.

Para explorarmos a doutrina jakobsoniana do signo, socorremo-nos do escrito “Busca pela essência da linguagem” (1965), o qual traz uma exposição mais detalhada do que ele pensa sobre o tema. Como ideia central, escrutinam-se as duas noções fundadoras da teoria do signo de Saussure, sabidamente, sua natureza arbitrária e a linearidade do significante. Com relação à primeira, Jakobson postula um conceito mais abrangente de signo, no que se refere às funções exercidas pelo significante; com relação à segunda, ele destaca uma relação direta entre fonema/estrutura fonética e significado em certos grupos lexicais, qualificada como “paradigmática”, que exercerá profunda influência sobre a sua doutrina poética. Desde já assinalamos nosso ponto de vista, segundo que ambas as posições recriam o paradoxo identificado em “Aspectos linguísticos da tradução”: por um lado sugere-se a traduzibilidade geral entre quaisquer códigos e, por outro, reitera-se a intraduzibilidade relativa de criações poéticas. Expliquemo-lo.

Jakobson argumenta que a relação entre som e sentido é um lugar comum do pensamento ocidental, desde a herança clássica e medieval da semiologia. A junção de som e sentido, o “signo”, caracteriza-se por sua “dupla cognição”: enquanto o significante é perceptível pelos sentidos, o significado é uma entidade inteligível noeticamente – como quer

Jakobson, uma “tradução” do significante. Isso serve de deixa para que adote a classificação tripartida de signos proposta por Peirce: ícone, índice e símbolo, cujos conceitos descrevem nexos entre significante e significado baseados, respectivamente, em similaridade fatural, contiguidade psicológica e convenção normativa (JAKOBSON, 1988 (1965), p. 78-81). Dessa lição, depreende-se, por um lado, que os três tipos de signo são fundamentalmente “traduzíveis” e, por outro, que o linguista russo glosa a noção saussuriana de “arbitrariedade” como “convenção”.

Ao utilizar uma visão mais ampla de “signo”, Jakobson prepara o terreno para suprir o que julga ser as insuficiências da doutrina de Saussure, combinando as três funções pressupostas por Peirce. Em suas palavras: “uma das mais importantes características da classificação dos signos de Peirce deriva de seu reconhecimento perspicaz segundo que a diferença entre as três classes básicas consiste meramente numa diferença de hierarquia relativa... [i.e., e não de natureza]”, concluindo que “a discriminação entre ícones, índices e símbolos consiste em nada mais do que a dominância de um dos fatores [i.e. similaridade, contiguidade ou convenção] sobre os outros”. Em suma, Jakobson pretende adotar a noção peirceana de que “o signo perfeito deve combinar, em igual medida, as suas características icônicas, indexicais e simbólicas”, em detrimento da visão saussuriana, de que “os signos totalmente arbitrários são os mais adequados para que se leve a cabo o processo semiótico ideal” (JAKOBSON, 1988 (1965), p. 82-84).

A “arbitrariedade” do signo é questionada em duas frentes. Primeiro, no que se refere à existência de puros índices linguísticos, Jakobson remete a um artigo de 1957, “Shifters, categorias verbais e o verbo russo”, que trata, essencialmente, da dêixis inerente a esse idioma. Já que os respectivos detalhes carecem de reflexos diretos sobre a teoria da tradução, limitamo-nos a resumir o argumento geral desse artigo que, obviamente, é *ad exemplum*: Jakobson analisa o papel dos pronomes; de flexões de gênero em nomes; de tempo, modo, aspecto em verbos, etc. É necessário sublinhar que nunca fica claro que os recursos dêiticos do russo têm uma significância universal. De qualquer forma, ao compilar os diferentes papéis exercidos por desinências, nominais ou verbais, na língua russa, Jakobson assume que há elementos essencialmente indexicais no signo linguístico (JAKOBSON, 1957, p. 1-14).

Segundo, e mais importante, Jakobson explora “o padrão linguístico em seu aspecto icônico (...) (explicando) através de que tipo de imitação (mimese) a *langue* conecta o significante ao significado”. Mais uma vez referendando a lição de Peirce, Jakobson explica que os ícones possuem duas subclasses: as imagens e os diagramas. Enquanto o conceito de imagem aproxima-se do entendimento comum do vocábulo, os “diagramas” são considerados

pelo linguista russo como “verdadeiramente icônicos, naturalmente análogos à coisa representada”. Um exemplo útil é o das equações algébricas, que servem de ícones “por usarem símbolos que definem as relações entre as grandezas em questão”. Por analogia, “a álgebra é um tipo de diagrama... [ao passo que a] linguagem não passa de um tipo de álgebra”. Nesse contexto, Jakobson postula uma “ordem de elementos significativos” insita à *langue*, o que, em última instância, sugere algum tipo de padrão estrutural (diríamos sintaxe), de maneira que “a tradução literal de um sistema sintático inteiro num conjunto de gráficos nos permite separar os padrões icônicos e diagramáticos existentes nas relações [sintáticas] daquelas características estritamente convencionais e simbólicas de [um dado] sistema” (JAKOBSON, 1988 (1965), p. 84-85).

Ao aduzir a existência e papel estruturante de signos icônicos e indexicais num determinado sistema linguístico, Jakobson pretende chamar a atenção para o que entende ser um ponto cego da doutrina saussuriana. Ao classificar os signos, Saussure havia preponderantemente se baseado em critérios morfológicos, a despeito de também reconhecer, formalmente, “a preferência pela ferramenta gramatical, em outras palavras, as regras de construção” como uma das duas tendências da *langue*— a outra sendo, precisamente, a preferência pela ferramenta léxica. Como consequência, “a classificação de Saussure (...) deixou de fora a sintaxe”, por isso não sendo capaz de explicar que “o aspecto de criação de padrões da *langue* sempre se sobrepõe e controla o aspecto de criação de léxico”. Para Jakobson, “as componentes claramente diagramáticas no sistema de símbolos verbais são universalmente sobrepostas ao vocabulário” (JAKOBSON, 1988 (1965), p. 89-90).

Jakobson combate a linearidade do signo com base na hoje famosa teoria das características distintivas. A atenção para o aspecto icônico/mimético do signo verbal é um dos principais argumentos para que Jakobson perceba uma “evidente relação paradigmática entre [certas] famílias lexicais cerradas [de termos etimologicamente conectados]” (JAKOBSON, 1988 (1965), p. 91). Para ele, “não apenas a combinação de palavras em grupos sintáticos, mas ainda a combinação de morfemas em palavras exhibe um nítido caráter diagramático” (JAKOBSON, 1988 (1965), p. 87). Isso põe em debate a existência de um padrão “universal” de significação prévio ao do próprio léxico, ainda que, obviamente, referido às convenções de um idioma.

As consequências desse entendimento para a teoria da tradução ficam ainda mais claras pelos exemplos expostos por Jakobson, que parecem ter por pano de fundo a recusa de Saussure de considerar as onomatopeias como exceções à arbitrariedade do signo (SAUSSURE, 1972,

p. 101-102). Um deles é o da paronomásia, em que as palavras mantêm uma relação significativa “paradigmática” e independente de conexões etimológicas. Depois vêm os tropos lexicais, em que o sentido é definido iconicamente, no caso das metáforas (por similaridade) e indexicalmente, no caso das metonímias (por contiguidade). O último, é o do “valor icônico autônomo de oposições fonêmicas”, decisivo, segundo Jakobson, para a poética, em que “a seleção e constelação de fonemas e suas componentes é uma causa efetiva da textura sonora dos poemas”, tendo “um claro poder evocativo (...) implícito em nosso comportamento verbal costumeiro” (JAKOBSON, 1988 (1965), p. 91-94).

Num esforço preliminar de crítica, do ponto de vista da teoria da tradução, notamos que a teoria do signo de Jakobson se esforça para suplementar o que julga serem as carências da visão de Saussure, diversificando a natureza dos signos linguísticos e, por consequência, seu âmbito. Amplia-se a margem de traduzibilidade, propondo-se novos recursos de manipulação interlinguística de significados ou, pelo menos, justificando-se a transposição de conteúdos baseada em seus elementos icônicos/indexicais, referindo-se ao que têm de convencional na língua de partida. É preciso, contudo, que o tradutor seja sensível às peculiaridades fonéticas, léxicas e sintáticas da língua de partida. Em outros termos, o tradutor deve estar alerta para que a “equivalência entre as diferenças” pautada por Jakobson exige um esforço criativo em relação às características e recursos peculiares, mesmo exclusivos, dos idiomas e famílias de idiomas com que se trabalha. Não deixa de ser verdade que o senso refinado de apreciação literária demonstrado por Jakobson, somado aos exemplos que cita, muito peculiares linguisticamente, impressionem o leitor por sua difícil traduzibilidade. É um reflexo do “desafio estilístico”, para o qual Jakobson oferecerá ferramentas analíticas eficientes, como discutiremos oportunamente.

Antes de passarmos a uma visão geral da poética jakobsoniana, é conveniente contrastarmos sua doutrina do signo com a lição saussuriana, buscando compreender as sutilezas desse debate no plano da teoria da tradução.

3. Entre *langue* e *parole*: o “desafio estilístico” da traduzibilidade

Nesta segunda parte do argumento, dividida em duas seções, explicamos como a doutrina do signo de Saussure, por mais rigorosa e coerente que seja, tem um escopo mais limitado no que se refere a questões de sintaxe e estilística, não equacionando, em sua inteireza, o “desafio estilístico” da tradução (literária). A primeira seção admite que a doutrina da arbitrariedade do signo de Saussure é mais consistente, no plano da *langue*, com as implicações

do conceito de (in)traduzibilidade linguística. No entanto, não parece ser possível, nesse plano, tratar das convenções “expressivas” inerentes a cada idioma. Na seção final, exploramos a tese de que a “alinearidade” do significante, tal como defendida por Saussure, não parece admitir análise de traduzibilidade questões sintáticas (e estilísticas). Aborda-se a tentativa empreendida por Charles Bally (1865-1947) de adaptar categorias saussurianas à estilística do francês – entendido como *langue*, concluindo-se que tampouco é capaz de conciliar a Sintaxe (e estilística), particularmente no campo da (tradução de) literatura.

3.1 *Langue*: Arbitrariedade do signo e traduzibilidade em sentido amplo

Como é bem sabido, o sentido de “arbitrário” não apenas é um ponto controverso da hermenêutica saussureana, também é foco da oposição de outros pensadores, inclusive do próprio Jakobson, à lição do mestre suíço. Se lermos o seu argumento com atenção, notamos que o mestre russo usa o termo “arbitrário” como sinônimo de “convencional” em suas críticas. Para justificar tal entendimento, ele cita as palavras de um escrito póstumo de Saussure: “a *langue* é uma convenção, permanecendo indiferente a natureza do signo a respeito do qual se convencionou” (JAKOBSON, 1988 (1965), p. 82). Sem dúvida, há várias passagens dos *Escritos de linguística geral* que tratam do caráter convencional da *langue*, mas não parecem referendar uma visão consistente do problema. Algumas subscrevem o entendimento de que “arbitrariedade” e “convencionalidade” são o mesmo, como em “[notas para um artigo sobre Whitney]” (SAUSSURE, 2002, p. 203); outras relacionam “convencional” a “arbitrário” de forma mais fluida e dúbia, como em “10c [notas para um livro sobre linguística geral, 3]” (SAUSSURE, 2002, p. 202); outras, por fim, negam tal identidade, como no item 3309 dos “Fragmentos antigos” (SAUSSURE, 2002, p. 102).

De qualquer maneira, pelo que lemos das notas de Tullio de Mauro em sua edição crítica do *Curso de linguística geral*, “convenção” não parece ter sido o sentido ultimamente pretendido por Saussure (SAUSSURE, 1972, p. 442-447). Saussure preocupa-se com a possibilidade de que o termo “convenção” distorça a natureza puramente relacional entre significante e significado, donde preferir “imotivado”, quer dizer, “arbitrário com relação ao seu significado, com o qual não possui vínculo natural algum na realidade” (SAUSSURE, 1972, p. 101)). Fica a impressão de que a “imotivação” do signo suprimiria qualquer restrição à traduzibilidade, de maneira que a tradução de um signo entre dois códigos seria ultimamente aferida pelas condições da língua de chegada exclusivamente.

Ainda há uma outra diferença significativa, para a teoria da tradução (literária), na lição saussuriana do signo. Ele defende que o signo linguístico é privilegiado diante dos outros tipos, já que, em suas palavras, trata-se “(d)o mais complexo e mais difundido de todos os sistemas de expressão, bem como o mais característico de todos”. Consequentemente, o *Curso* tem uma posição de certa maneira inversa à de Peirce, já que os ícones e índices não são aceitos, de imediato, como signos. A razão para tanto é a de que os dois possuem “um vínculo natural na realidade” (SAUSSURE, 1972, p. 100-101). Por serem menos “imotivados” que o signo linguístico, parecem haver barreiras à sua tradução. Nos dois exemplos citados por Saussure, percebemos como seria difícil “traduzir” o ícone da balança como “justiça” num sistema semiótico em que tal objeto estivesse relacionado, digamos, a relações comerciais e não jurídicas (p.ex., no rito hindu do tulādāna); tampouco o índice do “cautau”, as prostrações devidas pelo mandarim chinês ao seu imperador, seria dificilmente transponível para um sistema semiótico mais igualitário, em que se deve apenas um aperto de mão ou mesmo uma vênica com a cabeça para o superior.

Nada obstante, essas vantagens filosóficas da doutrina do signo saussureana desaparecem quando avançamos para os detalhes da teoria da tradução (literária), pois a literatura envolve um conjunto de convenções firmadas sobre o que cada idioma considera mais ou menos “expressivo”. Linguisticamente, como ficará claro na última parte deste artigo, tais valores e efeitos “expressivos” destacam o que um idioma possui de mais particular e até único, donde a advertência jakobsoniana segundo que, na poesia, somos confrontados com os limites da traduzibilidade. Neste ponto, precisamos tentar mostrar de que maneira a doutrina do signo de matriz saussureana não permite uma discussão, quanto menos uma solução, do “desafio estilístico”.

3.2 *Parole*? Alinearidade do significante e a teorização do “desafio estilístico”

O “desafio estilístico” da tradução exige encontrarmos formas de estabelecer equivalências entre peculiaridades “expressivas” de duas línguas diferentes. As críticas de Jakobson sobre a linearidade do significante também possuem consequências interessantes nesse sentido, mais facilmente perceptíveis se contrastadas com o que diz o próprio Saussure sobre o tema.

Nas notas críticas ao *Curso*, Tullio de Mauro nos faz suspeitar que Jakobson e Saussure, mais uma vez, estariam falando de coisas diferentes: “O significante do signo linguístico (...) é organizado de modo a que seus elementos se repartam em sequências. Esses elementos são,

para Saussure, os sintagmas e unidades concretas da *langue*, ou ainda, para adotar o termo de Frei, os monemas, não parecendo ser os fonemas” (SAUSSURE, 1972, p. 447). Conforme a doutrina das características distintivas, referida *supra*, são os fonemas são o cerne da lição jakobsoniana.

Enquanto as evidências listadas por Jakobson para admitirmos a alinearidade do significante (a saber, a “relação paradigmática de certas famílias lexicais”, o problema dos “tropos lexicais” e o “valor icônico autônomo de oposições fonêmicas”) interessam como problemas pontuais de (in)traduzibilidade, há algo mais profundo em jogo. Mesmo que Saussure parta da linearidade temporal do signo acústico como principal evidência de sua posição – “não se pode pronunciar dois elementos por vez” (SAUSSURE, 1972, p. 103), ele tem em vista, ademais, a corrente sintagmática *in praesentia* como corolário daquele fato linguístico geral. Na mesma passagem, o grande fundador acrescenta que a corrente sintagmática se aplica também a “unidades complexas de toda dimensão e de toda espécie (palavras compostas, derivadas, membros de frases e frases inteiras)”. Ao mesmo tempo, contudo, hesita em reconhecer que toda e qualquer frase, “o tipo por excelência de sintagma”, é de domínio exclusivo da *langue* (SAUSSURE, 1972, p. 170-173).

Nessa ressalva, percebemos uma vulnerabilidade à crítica de Jakobson: a “classificação saussuriana (dos signos) (...) deixou de fora a sintaxe”. Concordamos com essa crítica e há pelo menos indícios de que Saussure conscientemente remete a maior parte das frases para o domínio da parole. Num dos *Escritos de linguística geral*, ele reconhece que “a sintaxe, como dissemos, não é, em momento algum, outra coisa do que a morfologia vista de cabeça para baixo” e enfatiza “(...) a morfologia, da qual depende a sintaxe (...)” (SAUSSURE, 2002, p. 85). Este mesmo raciocínio parece estar presente no *Curso*, embora nunca seja expresso de forma categórica. Por exemplo, no cap. VII da parte II, “a gramática e suas subdivisões”, Saussure declara que morfologia e sintaxe, reunidas, dão o conteúdo à gramática, mas a morfologia, “sem ter objeto real e autônomo, não pode constituir uma disciplina distinta da sintaxe” (SAUSSURE, 1972, p. 186).

De fato, na medida em que “cabe à sintaxe informar sobre as funções exercidas pelas unidades linguísticas [i.e., lexemas]” (SAUSSURE, 1972, p. 185-187), pareceria adequado afirmar que, na doutrina saussuriana, a morfologia tem um papel logicamente anterior à sintaxe, pois, segundo esse raciocínio, as formas devem preceder à função. Mais concretamente, a sintaxe serviria de glosa a uma parte das relações sintagmáticas, esclarecendo “o que ocorreu” na construção dos enunciados: “todos os fatos de sintaxe pertencem à sintagmática, mas nem

todos os fatos de sintagmática são classificados pela sintaxe” – (SAUSSURE, 1972, p. 188). A metáfora “morfologia de cabeça para baixo”, consequentemente, sugere o entendimento segundo que a sintaxe meramente explica, no plano do sintagma, as diferentes transformações sofridas por uma unidade linguística. Isso é o oposto da visão jakobsoniana, em que a função define a forma, como dito acima: “o aspecto de criação de padrões da *langue* sempre se sobrepõe e controla o aspecto de criação de léxico”.

Para os objetivos intentados por este artigo, interessa que, por carecer de uma doutrina autônoma da sintaxe, não seria imaginável que se pudesse depreender uma teoria estilística do *Curso*, sem o que se torna impossível abordar questões de tradução (literária). Tudo indica que Saussure veria a “estilística” (e a própria literatura) como uma província mais relacionável, quiçá exclusiva, à *parole*, porque, estando diretamente relacionadas a atos/fatos linguísticos mais próximos de usos particulares de um conjunto de falantes, produzir-se-ia o tipo de incerteza que o linguista suíço cuidadosamente tenta evitar em sua generalização do fato linguístico. Nada obstante, Charles Bally, se não um seguidor, pelo menos um discípulo de Saussure, legou-nos obras que podem servir de referência para o que são, ou seriam, os rudimentos de uma doutrina estilística de matriz saussuriana².

² É conveniente fazer uma breve digressão para tentarmos fundamentar melhor a afirmação de que a estilística de C. Bally pode ser considerada de matriz saussureana. Primeiro, Bally manteve uma relação intelectual estreita com o mestre de Genebra, assumindo, de fato, a condição de discípulo. É de saber comum que tal linguista, juntamente com Charles-Albert Sechehaye foram os primeiros editores do *Curso*. Apesar de que Bally nunca tenha se registrado como aluno de Saussure, ele assistiu o primeiro curso do mestre suíço em seu retorno a Genebra (JOSEPH, 2012, p. 375). Saussure atuou no papel de patrono de Bally (JOSEPH, 2012, p. 480), enquanto ele o auxiliou em suas pesquisas (JOSEPH, 2012, p. 484). No que se refere ao *Tratado de Estilística Francesa*, sabe-se que Bally mostrou-lhe a primeira edição do livro, adotando importantes sugestões do mestre na segunda (JOSEPH, 2012, p. 489-490). Durante a doença final de Saussure, Bally dividiu com Sechehaye parte das responsabilidades acadêmicas do grande fundador, inclusive ensinando material do *Curso* (JOSEPH, 2012, p. 608 e 632). Apesar de todas as decepções, Bally permaneceu próximo, e fiel, a Saussure até a morte do mesmo (JOSEPH, 2012, p. 623-626). É certo que Bally tinha interesse em enfatizar o que o distinguia sua *Estilística* dos ensinamentos de Saussure, pela razão pragmática de tentar obter uma posição docente estável; no entanto, é importante enfatizarmos que, durante o procedimento para criação de uma cadeira específica para Bally, Saussure não demonstra um entendimento inequívoco sobre qual seria a posição da Estilística no campo da Linguística Geral e, ainda menos, sobre sua independência desta última, (JOSEPH, 2012, p. 611-615). Uma segunda questão relevante é como a historiografia da linguística posiciona Bally em relação ao grande fundador. Podemos tomar como exemplo a interessante síntese de Giorgio Graffi sobre a história da linguística moderna, que lista Bally como membro da “Escola de Genebra”, descrita no capítulo “Desenvolvimentos da linguística saussuriana”, junto às escolas de Praga e Copenhague. Graffi confessa que “parece paradoxal [que Bally e Sechehaye, enquanto editores do *Curso*] sejam, dentre os estudiosos examinados nesta seção, os menos profundamente influenciados por Saussure. Tal paradoxo não é mais do que aparente”. Fundamenta-o, a seguir, com várias razões. No que toca ao *background* educacional: “ambos foram formados antes do aparecimento do *Curso*, sendo, portanto, ainda sensivelmente ligados à linguística precedente [tal como Saussure] (...) apresentando elementos de psicologismo”. Filosoficamente, possuíam um cariz idêntico: “assim como Saussure e outros estudiosos antes dele, colocava[m]-se o problema da relação entre indivíduo e sociedade no plano da linguagem”. No que se refere a posições programáticas, “Bally e Sechehaye apresentaram uma comunicação conjunta ao I Congresso de Linguistas, realizado na Haia em 1928 [i.e., 15 anos após a morte de Saussure], em que reiteraram alguns pontos fundamentais da doutrina do grande linguista: a necessidade de distinguirem o estudo da gramática do da história de uma língua;

Nesse contexto, vale a pena resumir algumas posições teóricas gerais do *Tratado de estilística francesa*, para averiguarmos se suprem ou não as insuficiências identificadas por Jakobson na doutrina saussureana. Antes de mais nada, não se pode negar que o próprio Bally tentou distinguir seu pensamento do de seu mestre nesse particular, seja pelo que afirma serem princípios metodológicos próprios da estilística (BALLY, 1951, vol. I, p. 13), seja por questões de política acadêmica (JOSEPH, 2012, p. 632). Mesmo assim, o que se nota é que a reflexão de Bally não deixa de se fundar em categorias básicas saussurianas. Por exemplo, ao negar o caráter histórico da estilística, surge a expressão lapidar “os fatos linguísticos só são fatos de expressão na relação recíproca e simultânea que há entre eles”. Nessa definição do objeto da estilística, a arbitrariedade do signo, a prevalência da sincronia, a ideia de “fato linguístico”, etc. documentam a herança saussuriana (BALLY, 1951, vol. I, p. 1).

Também é difícil negar que o *Tratado* é saussuriano ao priorizar fonética e morfologia em prejuízo da sintaxe. Embora se contemplem locuções e frases simples, a estilística de Bally, em seus essenciais, é um estudo contrastivo de sinonímia, baseado no que chama de diferentes “caracteres afetivos” das unidades linguísticas, como comprova o segundo tomo da obra visto

(...) o caráter fundamental de toda língua, que é o ‘arbitrário’ que domina todas as suas partes; a exigência de fundar cada tipo de descrições gramaticais sobre a oposição entre relações sintagmáticas e associativas (...)” (GRAFFI, 2012, p. 227-228). Por fim, é necessário atentarmos para como o próprio Bally descreve a influência de Saussure sobre o seu trabalho. Possivelmente, o testemunho definitivo seja o do *Tratado de linguística geral e de linguística francesa*, cuja segunda edição data de 1944, poucos anos antes do falecimento de Bally e mais de trinta após a passagem de Saussure. É bem verdade que esse trabalho toma por inspiração a experiência de Bally com o ensino comparativo do francês e do alemão, ou seja, de natureza distinta das abstrações do grande fundador. Também é certo que a primeira parte se funda numa teoria da “enunciação” (verbalização do pensamento) (BALLY, 1965, p. 34-139) e culmina numa análise das dificuldades criadas pela relação do enunciado (associado por Bally ao “significado”) e suas diversas formas linguísticas possíveis (associado por Bally ao “significante”) (BALLY, 1965, p. 143-190), o que também assinala a mesma problematização dos limites entre *langue e parole*, quiçá de forma não totalmente aceitável por Saussure. Nada obstante, num juízo sumário, em ambos os *Tratados*, é inquestionável que as grandes categorias (significante/significado; combinação/substituição; sincronia/diacronia; etc.) informam consistentemente o raciocínio de Bally e a organização de seu material, da mesma maneira que sua persistente tentativa de contemplar fenômenos sintáticos/estilísticos em sua teorização remete aos problemas de “A gramática e suas subdivisões”, cap. VII da parte II do *Curso* (SAUSSURE, 1972, 185-188). Ademais, na introdução a sua última grande obra, Bally cita a Saussure em dois importantes respeito, de natureza programática, nomeadamente, ao método de investigação (“(...) um único método parece razoável, o de que F. de Saussure resumiu na última frase de seu *Curso de linguística* geral: ‘a linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e para ela mesma’”) e à natureza consistente do sistema linguístico (“num sistema, tudo deve se encaixar; isso serve para o sistema linguístico e para qualquer outro: tal princípio, proclamado por F. de Saussure, conserva todo o seu valor para nós; este livro não tem outro objetivo do que o de confirmá-lo”) (BALLY, 1965, p. 17). Muito embora exceda as nossas capacidades, seria esclarecedor considerar de que maneira os estudos de linguística aplicada de Saussure, concentrados nos domínios da fonética e da lexicologia, poderiam ter influenciado a Bally, quem os coligiu em 1921 junto com Léopold Gaultier (SAUSSURE, 2020). Chegando ao limite final desta divagação, é preciso reconhecer que Bally tampouco permaneceu dogmaticamente circunscrito à lição do mestre de Genebra. Assimilando o arcabouço teórico saussuriano, ele expandiu-o para incluir elementos comunicativos (BALLY, 1951, 154-169). Ilustra-o, como detalhado oportunamente, o conceito de “caracteres afetivos” dos “fatos de linguagem”, que somente poderiam ser discriminados por um interlocutor não-onisciente, hipótese de trabalho que não parece figurar em qualquer momento do *Curso*.

como um todo (BALLY, 1951, vol. II). Sem dúvida, Bally tenta encontrar um papel para a sintaxe em seu sistema, mas sempre esbarra no entendimento de que é a “morfologia de cabeça para baixo”. Em suas palavras, “não há um limite claro entre a lexicologia e a sintaxe, e essa é precisamente uma indicação da maneira por que os fatos sintáticos, e os procedimentos formais em geral, poderiam ser classificados, ou seja, sob as noções abstratas ou ideias-forma [em nosso entender, o mesmo que ‘unidades lexicais’] que exprimem”.

Mesmo que Bally ainda discuta a viabilidade de uma “sintaxe ‘afetiva’”, é importante notar que o papel da sintaxe em si é muito reduzido na doutrina balliana, aparecendo na parte VI do livro, como “(um tipo de) processo formal indireto, merecedor de ser tratado à parte” (BALLY, 1951, vol. 1, p. 256-261) e não como um dos principais meios de identificação e classificação dos “fatos de expressão”, estudados na parte II, que define a substância da investigação estilística nessa obra. Com efeito, a sintaxe é vista, meramente, como um meio de expressão, que só importa à estilística na medida em que se possa distinguir, de formas sintáticas particulares, os aspectos “afetivos” dos “intelectuais” (cf. Exemplos em BALLY, 1951, vol. 1, p. 261-263). Em suma, no que se refere à sintaxe, Bally não vai além de Saussure, que também admitia certos tipos de locuções e frases como objeto de sua investigação.

Qual seria, então, o contributo específico da estilística balliana para refletirmos sobre a teoria da tradução (literária)? Bally, de certa forma, referenda a alinearidade de fato do significante como ponto de partida da estilística, por razões metodológicas. Diferentemente do mestre de Genebra, Bally coloca o signo numa situação discursiva. Uma outra diferença é a de que, no plano teórico, o *Tratado* funda-se na distinção entre aspectos “intelectuais” (i.e., aqueles puramente cognitivos, que relacionaríamos ao sentido literal de um enunciado e à linearidade do significante) e “afetivos” de uma língua (BALLY, 1951, vol. 1, p. 154-169). Apesar de que se possa sustentar que assim entramos no nível da *langue*, os aspectos “afetivos” da linguagem criam uma série de possibilidades, diríamos “expressivas” e hermenêuticas, para um mesmo significante, relativizando a linearidade do mesmo.

Na lição de Bally, os aspectos “afetivos” influenciam a linguagem em dois planos: como efeitos “naturais” (preferiríamos dizer “gerais”: o dos aspectos “afetivos” considerados universais numa “língua comum”, que é a língua compartilhada e utilizada normalmente por uma dada comunidade), através de seleção vocabular/conotações motivadas por valores, atitudes subjetivas, preocupações estéticas, etc. (BALLY, 1951, vol. 1, p. 170-184). Além disso, há os efeitos “por evocação” (preferiríamos dizer “especiais”): Bally neste caso tem em mente o léxico que se desvia da “língua comum”, seja por pertencer a grupos/meios/classes particulares

de uma comunidade, seja pela diferenciação de registros linguísticos, etc.) (BALLY, 1951, vol.1, p. 203-236). No que se refere aos meios com que se atinge esses efeitos específicos, Bally está atento para o uso do contexto e, como trata prioritariamente da língua oral, ele também atenta para as questões da mímica e entonação (BALLY, 1951, vol.1, p. 88-95). Não é necessário lembrar que estes elementos tampouco estão presentes, de qualquer forma, no *Curso*.

O *Tratado* não ignora a centelha de que se origina a literatura. Na introdução metodológica, há uma passagem em que se esboçam “três funções” da linguagem – “expressão das próprias ideias”, “expressão dos próprios sentimentos” e “expressão de fatos de ordem ‘social’” (BALLY, 1951, p. 5-8), destacando, evidentemente, o papel do emissor enquanto utente criativo da sua linguagem. Além disso, Bally também entende que os níveis de linguagem (outro fator genético da literatura) surgem como característica da estratificação social, motivada tanto por motivos congênitos, como distinção de sexos e moralidade, como por questões puramente sociais, à exemplo da divisão de trabalho (BALLY, 1951, p. 10-12).

Nada obstante, ainda que possamos verificar ampliações e até inovações à doutrina de Saussure, Bally, tal como o grande fundador, exclui expressamente a língua literária de sua pesquisa. Há dois pontos dignos de relevo. Primeiro, ele exclui a linguagem literária (como contrapartida da linguagem técnica) do escopo de sua investigação, por existir uma distância intransponível com a língua falada “comum”, admitindo, contudo, que, “em civilizações avançadas, há uma certa superposição entre ambas” (BALLY, 1951, vol.1, p. 248-249). Segundo, Bally também exclui a linguagem figurada dos aspectos “afetivos” da língua, por considerar que têm origem “natural”, meramente suprimindo “as insuficiências de pensamento e expressão” de uma comunidade linguística. Exceção é feita para as figuras de uso literário, tratadas como uma minoria excepcional (BALLY, 1951, vol.1, p. 184-202). De qualquer forma, em suma, a “estilística” é diferente de “estilo literário” para Bally, pois, como princípio metodológico, ele busca entender os padrões regulares de uma comunidade inteira. O “estilo literário”, mais relacionado a “estilos individuais”, tende a ser uma exceção a esses padrões (BALLY, 1951, vol.1, p. 17-20). Logo, o “desafio estilístico” da tradução literária permanece fora do escopo de sua visão.

4. Da linguística à literatura: condicionantes poético-estilísticas da tradução

Nesta terceira e última parte do argumento, dividida em duas seções, explicamos como a doutrina do signo refinada por Jakobson amplia o escopo de análise da (in)traduzibilidade,

permitindo a incorporação da sintaxe e a estilística. Mesmo assim, embora se consiga equacionar o que chamamos de “desafio estilístico” da tradução (literária), certos aspectos da (in)traduzibilidade permanecem fora de seu alcance. Na seção inicial, expomos de que maneira o mestre russo concebe a poética como um campo da linguística. Ao aplicar sua visão alargada de signo a categorias analíticas saussurianas, Jakobson abre caminhos para que recursos “expressivos” comuns das linguagens sejam integrados como parte da *langue*. Na seção final, servindo de ponto de partida para reflexões futuras, suscitamos algumas limitações dos ensinamentos do grande linguista eslavo a respeito da (in)traduzibilidade, concernentes aos campos da estética e história literárias. Questões de apreciação e valoração também têm reflexos profundos sobre a (in)traduzibilidade, apesar de que não sejam imediatamente perceptíveis do ponto de vista da teoria do signo e do modelo de análise baseado em distinções sincronia/diacronia, sintagma/paradigma, etc.

4.1 Poética como aspecto da linguística

Na última seção deste artigo, tentamos compreender de que maneira as linhas de continuidade entre a doutrina linguística e poética de Jakobson dão margem para que a sintaxe e a estilística entrem, de pleno direito, no escopo de análise, criando condições para uma discussão teórica a respeito da traduzibilidade (literária) e equacionando o “desafio estilístico”.

Para Jakobson, poética (e literatura em geral) é um fenômeno linguístico. Em 1960, ele proferiu um discurso de encerramento de conferência, intitulado “Linguística e poética”, que se celebrou por discernir seis fatores numa situação comunicativa. Ao relacionar-lhes seis funções da linguagem, Jakobson definiu, assim, um quadro teórico comum para aquelas duas áreas do saber. Como tal lição hoje em dia pode ser considerada de saber comum, restringimo-nos ao que importa diretamente à poética:

Jakobson parte da proposição segundo que “o objetivo da poética é explicar o que faz de uma mensagem verbal uma obra de arte”, cujo cerne é a “estrutura verbal dessa mensagem”. Embora as mensagens verbais raramente se limitem a uma única função, é possível distinguir nelas um papel predominante. Desta maneira, há uma função específica denominada de “poética”, a qual se concentra no fator “mensagem” da situação comunicativa. Segundo Jakobson, a função poética da língua vai além do que se considera poesia em sentido estrito. Isso serve de deixa para que se postule um senso inato de harmonia na prática linguística humana como um todo – os exemplos oferecidos podem ser classificados como

assonância/aliteração, ritmo/melodia, proporção/simetria, etc. Em outras palavras, Jakobson vê na poesia um fenômeno transcultural, mesmo ecumênico, de modo que poderíamos relacioná-lo à *langue*. Uma outra intuição fundamental é a de que “o critério linguístico empírico da função poética (...) é a projeção do princípio de equivalência do eixo de substituição para o eixo de combinação” – o que nos parece indicar o trabalho do versificador de harmonizar o sentido que deseja expressar a formas poéticas, predeterminadas ou não pela “tradição”, escolhendo e combinando termos de sentido equivalente/análogo segundo as exigências de eufonia, escansão, etc. (JAKOBSON, 1979 (1960), p. 84-95).

O resto do artigo, cerca de dois terços do todo, é dedicado a problemas técnicos de versificação (inclusive prosódia e declamação). Antes de explorar esses particulares da arte poética, porém, é preciso explicar o que significa, estruturalmente, a poesia. Jakobson trata dessa questão num outro artigo clássico, que passou por várias revisões ao longo do tempo.

Em “Poesia da gramática e gramática da poesia” (primeira redação 1961; última, 1968), Jakobson esmiúça seu pensamento sobre o papel da sintaxe/estilística na poesia. Informado pela lição de Edward Sapir, ele enfatiza que os eixos sintagma/combinação/gramática e paradigma/substituição/léxico são independentes um do outro. Segundo os exemplos citados, a riqueza de construções gramaticais (sintáticas/estilísticas) possíveis para um mesmo “material” (significado) leva Jakobson a propor que a poesia, enquanto “manifestação mais formalizada da linguagem”, oferece o mais amplo campo para aplicações de conceitos gramaticais. Esses conceitos são divididos, numa terminologia emprestada do poeta vitoriano Gerard Hopkins, em “figuras de gramática” e “figuras de som” (JAKOBSON, 1968, p. 597-600). O termo “figura” declara que entramos no domínio da estilística, permitindo-nos discutir, de pleno direito, questões de traduzibilidade neste nível.

Estando descrito o plano estrutural-linguístico em que se acontece a poesia, Jakobson tenta distinguir os princípios lógico-estéticos que servem de alicerce para ela. Ele postula, generalizando dados de diversas poéticas arcaicas, que paralelismo/contraste dão o padrão para as “figuras de gramática”. São os elementos genéticos da prática poética, uma vez “qualquer leitor sensível [i.e.: mesmo leigo em versificação e poética], como diria Sapir, sente instintivamente o efeito poético e segue o comando semântico dessas aplicações gramaticais”. Disso decorre que um sentido inconsciente de formas poéticas existe, em maior ou menor medida, no ser humano. Devido ao princípio de paralelismo/contraste, na poesia, “(o nexos de) similaridade é sobreposto à contiguidade” e, por conseguinte, “a equivalência é promovida a recurso constitutivo da sequência”. Infere-se, assim, que a existência (ou não) de

paralelismo/contraste (“similaridade”) transcende a ordem puramente sintagmática (“contiguidade”), agregando um outro nível de significação além do sintático que continua a ser linear (“sequência”). Com base nos exemplos citados por Jakobson, vemos que o paralelismo/contraste gera um efeito cumulativo, “pelas interações das equivalências e discrepâncias sintáticas, morfológicas, lexicais” que realça (JAKOBSON, 1968, p. 600-604).

Para entendermos melhor o que Jakobson entende por “figuras de som”, vale a pena consultar a segunda parte de “Linguística e Poética”. Ao afirmar que versificação é um domínio exclusivo da poesia, Jakobson assume que o princípio fundamental das “figuras de som” é o de sequência/repetição, mesmo depois de tidas em consideração as diferenças fonéticas entre as línguas. De fato, ao admitir distinções particulares entre sistemas acentuais, cronêmicos e tonêmicos (estes últimos são por fim subsumidos aos cronêmicos), elas não contradizem a existência formal de “figuras de som” nas diferentes famílias de idiomas. A seguir, por notar a peculiaridade de “sistemas (métricos) binários”, como o russo (e o português), em que se deve acomodar a tensão entre tonicidade silábica (léxico) e ênfase frasal (sintaxe), Jakobson termina por revelar um nível de significação e/ou expressividade essencialmente fonético no plano da versificação, de que serve de exemplo a “expectativa frustrada” – fugas intencionais ao padrão rítmico do verso. Um outro caso especial das “figuras de som” é o da entonação, que cria diferentes possibilidades de recitação de um mesmo texto e, por conseguinte, de intencionalidade expressiva. Por último, a rima é um caso complexo. A despeito de ter o aspecto de uma “figura de som”, seu efeito principal é cumulativo, portanto, deve ser subsumido à definição de “figuras de gramática” (JAKOBSON, 1960, p. 359-368).

Do ponto de vista da teoria da tradução, parece inquestionável que estas linhas básicas da poética jakobsoniana não só se prestam a uma análise intralinguística dos recursos expressivos da literatura, mas que também é viável utilizá-las interlinguisticamente. Partindo da poética (literatura) como um fenômeno universal em abstrato, é possível utilizar os eixos sintagma/paradigma como um esquema da escrita literária, válido, em tese, para qualquer língua. Ao mesmo tempo, também é possível compreendermos os dois arquétipos de “figuras” não como um catálogo fechado de recursos estilísticos de uma língua isolada das outras, mas como um raciocínio básico, indicativo de potencialidades a serem identificadas no quadro de cada idioma e aplicáveis na tradução literária. Logo, é necessário um esforço de mediação, buscando a “equivalência” entre tais potencialidades como uma possível solução para o “desafio estilístico”.

4.2 Além da linguística: apreciação estética e história literária na teoria da tradução

Após termos exposto de que maneira a poética jakobsoniana consegue agregar questões sintáticas e estilísticas ao escopo da análise de traduzibilidade, vale a pena fazer um último exercício de reflexão crítica sobre as suas possíveis limitações. Em pelo menos dois pontos, resta a impressão de que algo importante para o argumento permaneceu além do alcance das ferramentas conceituais providenciadas:

O primeiro é o da estética literária. Nos exemplos dos dois tipos de figuras, notamos a intrusão discreta de certos elementos de apreciação artística, ainda que sejam formalmente expressos como juízos objetivos sobre estrutura linguística. O cerne da questão, como admitido pelo próprio Jakobson, não é a manipulação das “figuras” em si, mas os efeitos causados por tais construções e os valores postos em realce, a exemplo do propósito lúdico em “Kola Lapps”; da motivação cômica em “Foma e Erema”; da intenção dramática em “Vassili e Sofia”, e assim por diante (JAKOBSON, 1968, p. 601-602). Na exposição técnica da “figuras de som” em “Linguística e Poética”, podemos tomar por referência a parte das “expectativas frustradas”, para notarmos que mais do que uma pura curiosidade intelectual em descobrir (e/ou subverter) os padrões rítmicos e prosódicos naturais a um idioma, prevalece o interesse de explicar como e por que se produz o prazer de compor e ouvir tais obras (JAKOBSON, 1960, p. 362-367).

O segundo ponto diz respeito a questões de história literária, implícitas na escolha das obras que Jakobson analisa. Nos textos estudados, a qualificação de “literariedade” é atribuída a criações populares, obras de tradições literárias não-canônicas (pelo menos com relação ao que se declarava “cânone ocidental” até fins do século XX) e criações modernistas fundadas num profundo questionamento do uso “padrão” da língua e da escrita tradicional. Com efeito, no capítulo sobre a “história das línguas e literaturas” de uma retrospectiva escrita no final de sua vida, Jakobson detalha a sua pesquisa nesse campo, de que percebemos um interesse eminentemente voltado para a literatura em línguas eslavas (JAKOBSON, 1984, p. 63-72). Também o capítulo sobre “estudos do folclore” revela o mesmo foco na cultura eslava, servindo de ponte entre a teorização linguística/poética de Jakobson e sua produção no campo da história literária (JAKOBSON, 1984, p. 73-97). Por conseguinte, não é possível discernir o papel do *mainstream* literário grego/latino/francês, bem como as reações e contrarreações internas e externas a ele, em toda sua influência criativa e normativa, sobre a produção e transformação dos valores e efeitos expressivos, quanto mais dos gêneros e temáticas literárias.

Sem entrarmos em mais detalhes, a teoria dos gêneros poéticos inscrita no importante

texto de juventude “A dominante” (JAKOBSON, 1979 (1935), p. 212-219) tampouco contribui para historicizar o problema da mudança literária, já que remete as particularidades de uma língua literária específica numa dada época, conforme a hierarquia dos “valores” estruturais intrínsecos à poesia, como silabação, prosódia, ritmo, rima, etc. É certo que tal teoria foi ultimamente expandida para refletir as diferentes funções da linguagem (JAKOBSON, 1979 (1960), p.93). De qualquer forma, não se altera a impressão de que o aspecto “linguístico”, em sentido estrito, do fenômeno literário sai desproporcionalmente privilegiado.

Essas lacunas/insuficiências causam problemas importantes para quem investiga literatura e prática tradução literária. Falemos sobre alguns deles.

O primeiro problema concerne à carência de ferramentas e critérios para apreciação estética, especialmente graves no caso de textos literários pertencentes a outros cânones, em línguas de famílias diferentes. O modelo jakobsoniano de análise estilística é incidentalmente útil para as literaturas de matriz ocidental, pelo fato de que as literaturas eslavas são tributárias do “cânone ocidental”. Por ser referido culturalmente, seus insights são valiosos para a leitura dos textos em questão, mas são limitados em termos de orientar a sua tradução/translação para idiomas de outras famílias/cânones e vice-versa. O próprio Jakobson confirma a rigidez de seu modelo, ao propor que a poesia é, por definição, intraduzível.

Nada obstante, admitidas todas as complexidades do tema, não deixa de existir uma certa porosidade entre idiomas de uma mesma família, com graus mais ou menos elevados de traduzibilidade – pensemos na tradução português-espanhol em comparação com a tradução francês-letão ou na tradução entre dois “dialetos” de Wu (falados nas regiões de Zhejiang-Jiangsu-Shanghai) em relação à tradução mandarim-cantonês. Um desafio intransponível à lição jakobsoniana, no entanto, é o de encontrar termos comuns para a tradução literária entre famílias linguísticas e tradições literárias em que as intersecções são quase inexistentes, digamos, como exemplo, chinês clássico e latim antigo. Quem sabe seja possível definir equivalências convencionais – não de natureza linguística, o que só é possível em níveis demasiado gerais – mas por analogia, de valores e efeitos entre os dois idiomas e respectivas tradições literárias?

O segundo problema pode ser resumido pelo problema utilitário, mas fulcral, da escolha do texto que “merece/deve” ser traduzido, uma contrapartida, no plano da teoria da tradução, ao problema do que “merece/deve” ser lido, em termos de crítica literária, ou seja, da formação do cânone literário. Isto nos força, além de questões de pura técnica literária, a termos em consideração um elemento de valoração do texto, que abrange juízos de novidade/originalidade,

de valor estético, de relevância de conteúdo (hermenêutica) e assim por diante. Todo esse trabalho teria como pano de fundo uma visão ecumênica das literaturas em línguas “canônicas”, das influências mútuas, estilísticas e de conteúdo, entre sistemas linguístico-literários, de que podemos mencionar o exemplo da literatura lusobrasileira no século XVIII, que não pode ser entendida sem o jogo multilinguístico de influências castelhanas, italianas, francesas, etc. Uma crítica que tome por base a “sincronia diacrônica” – o estudo das transformações/influências com base em várias “camadas” da língua literária num determinado tempo – somente seria capaz de resolver uma parte dessas questões, a nosso ver.

Em suma, o modelo sintático-estilístico dos dois eixos de combinação/sintagma e substituição/paradigma, na lição jakobsoniana, são ferramentas poderosas para compreendermos de que maneira dois idiomas podem ser aproximados no ato de tradução em geral. Nada obstante, a tradução literária, impõe um número de questões as quais fogem a esse esquema fundamental, pendendo aprimoramentos ulteriores. Para além dos valores e efeitos identificados formalmente pela estilística, há uma tendência “natural” de realizar juízos estéticos que transcendem aos dois eixos, embora tal tendência talvez possa ser identificada como um elemento da “sincronia diacrônica” de uma língua (e sua literatura). Para além das relações de combinação/substituição, haveria espaço para um padrão, ou mesmo terceiro eixo, valorativo e hierarquizante?

5. Conclusões

O presente artigo tentou descrever como Roman Jakobson delineou uma doutrina coerente da (in)traduzibilidade, permitindo uma discussão do fenômeno tradutório desde as suas raízes abstratas no signo linguístico, passando pelos detalhes da construção sintática, até os efeitos estilísticos de criações poético-literárias. Desta forma, propõe-se que o linguista russo equacionou os problemas relativos à tradução/transposição das convenções (estéticas) entre duas línguas (literárias), o que chamamos de “desafio estilístico” da tradução.

Na primeira seção do texto, postulamos que a definição de signo linguístico de Jakobson está por trás da tensão entre o aspecto linguístico-semiótico e o poético-estilístico da teoria, no que se refere ao problema da (in)traduzibilidade. Na segunda, argumentamos que a noção tríplice de signo (ícone/índice/convenção) e de alinearidade do significante, postuladas pelo linguista russo, oferecem ferramentas analíticas para tratarmos da língua (e tradução) literárias. Na terceira, tentamos mostrar que a lição jakobsoniana sobre independência dos eixos

sintagma/paradigma, bem como sobre as “figuras de gramática” e “de som” bastam para tratarmos conceitualmente de problemas poético-estilísticos no campo da tradução, a partir dos quais se pode buscar soluções para o “desafio estilístico”.

No entanto, também indicamos que duas outras problemáticas parecem ter permanecido além do alcance do instrumental analisado: a apreciação estética voltada para a definição dos efeitos/valores prioritários numa língua ao longo do tempo, por um lado, e a capacidade de selecionar/organizar o “cânone”, não apenas intralinguisticamente, mas, ainda mais importante, tendo em consideração influências mútuas e hierárquicas entre línguas diferentes. Do lado da tradução, esses problemas são indispensáveis para viabilizar a criação de equivalências através de cânones e/ou através de famílias de línguas diferentes (tradução/transposição de estilos e formas), bem como para definir critérios de bom gosto (uma tradução “literariamente melhor” do que outra).

Referências

- BALLY, Charles. **Linguistique générale et linguistique française**. Berne: Francke (4^{ème} éd.), 1965.
- BALLY, Charles. **Traité de stylistique française**. Genève: Georg & Cie. (3^{ème} éd.), 1951.
- GRAFFI, Giorgio. **Due secoli di pensiero linguistico**. Roma: Carocci, 2019.
- HAWKES, Terence. **Structuralism and Semiotics**. New York: Routledge, 2003.
- JAKOBSON, Roman. Boas’ View of Grammatical Meaning (1959). In: **Selected Writings** (vol. II). Haia: Mouton, 1971.
- JAKOBSON, Roman. Die Dominante (1935). In: **Poetik**. Frankfurt am M.: Suhrkamp, 1979.
- JAKOBSON, Roman. Linguistik und Poetik (1960). In: **Poetik**. Frankfurt am M.: Suhrkamp, 1979.
- JAKOBSON, Roman. Linguistische Aspekte der Übersetzung (1959). In: **Semiotik**. Frankfurt am M.: Suhrkamp, 1992.
- JAKOBSON, Roman. Poesie der Grammatik und Grammatik der Poesie (1961, Originalfassung). In: **Poetik**. Frankfurt am M.: Suhrkamp, 1979.
- JAKOBSON, Roman. Poetry of Grammar and Grammar of Poetry (1968, final version). In: **Lingua 21**. Amsterdam, 1968, p. 597-609.
- JAKOBSON, Roman. **Shifters, verbal categories, and the Russian verb**. Cambridge:

Harvard University Press, 1957.

JAKOBSON, Roman. Suche nach dem Wesen der Sprache (1965). In: **Semiotik**. Frankfurt am M.: Suhrkamp, 1992.

JAKOBSON, Roman. Two aspects of Language and Two Types of Aphasic Disturbances. In: JAKOBSON, Roman e HALLE, Morris. **Fundamentals of Language**. New York: de Gruyter, 1971.

JAKOBSON, Roman. **Une vie dans le langage**. Paris: Éditions de minuit, 1982.

JOSEPH, John. **Saussure**. Oxford: OUP, 2012.

LEPSKY, Giulio. **A Survey of Structural Linguistics**. London: André Deutsch, 1982.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de linguistique générale (ed. critique préparée par Tullio de Mauro)**. Paris: Payot, 1972.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Écrits de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Recueil des publications scientifiques de Ferdinand de Saussure**. Limoges: Lambert-Lucas, 2020.

STEINER, Peter. **Russian Formalism**. Ithaca: Cornell University Press, 1984.

Recebido em: 09/11/2023
Aprovado em: 14/02/2024